



EM 17 /09 /2025

Ricardo Vasconcelos Silva  
Presidente

ATA DA 75ª SESSÃO ORDINÁRIA

44ª LEGISLATURA

**DENOMINADA HELENA VASCONCELOS E JAILDA ALVES BEZERRA**

16 DE SETEMBRO DE 2025

Sob a proteção de Deus e em nome do povo aracajuano, às nove horas e quatorze minutos, no Plenário Vereador Abrahão Crispim, o Senhor Presidente, Vereador Pastor Diego (UNIÃO BRASIL), declarou aberta a sessão, com o Vereador Joaquim da Janelinha (PDT) ocupando a Primeira e a Segunda Secretarias. Presentes na abertura da sessão os Senhores Vereadores: Alex Melo (PRD), Fábio Meireles (PDT), Iran Barbosa (PSOL), Joaquim da Janelinha (PDT), Lúcio Flávio (PL), Marcel Azevedo (PSB), Miltinho Dantas (PSD), Pastor Diego (UNIÃO BRASIL), Professora Sônia Meire (PSOL), Selma França (PSD) e Thannata da Equoterapia (MOBILIZA). No decorrer da sessão, foi registrada a presença dos Vereadores: Anderson de Tuca (UNIÃO BRASIL), José Américo dos Santos (Bigode do Santa Maria, PSD), Aldeilson Soares dos Santos (Binho, PODEMOS), Breno Garibalde (REDE), Camilo Daniel (PT), Isac (UNIÃO BRASIL), Levi Oliveira (PP), Maurício Maravilha (UNIÃO BRASIL), Sargento Byron Estrelas do Mar (MDB), Alexsandro da Conceição (Soneca, PSD) e Vinicius Porto (PDT) (vinte e dois). Ausentes os Vereadores: Elber Batalha (PSB) e Sávio Neto de Vardo (PODEMOS) (dois), com justificativas. Licenciados os Vereadores: Moana Valadares (PL) e Ricardo Vasconcelos (PSD) (dois). **EXPEDIENTE:** Lida a Ata da Septuagésima Quarta Sessão Ordinária, que foi aprovada sem restrições.

**Constam do Expediente o Projeto de Lei** número 346/2025, de autoria do Vereador Marcel Azevedo (PSB), dispõe sobre o livre acesso dos profissionais da enfermagem em visitas a seus familiares internos em hospitais, clínicas e demais unidades de saúde públicas e privadas no município de Aracaju. **Projetos de Decreto Legislativo** números 97/2025, de autoria do Vereador Isac (UNIÃO BRASIL), concede Título de Cidadania Aracajuana à senhora Kate Santiago de Menezes e dá providências correlatas; e 99/2025, de autoria da Mesa Diretora, concede à Vereadora Moana Rollemburg Marinho Valadares, do Partido Liberal,

com assento nesta Casa Legislativa, licença para tratamento de saúde pelo período de 5 (cinco) dias, de 15 a 19 de setembro de 2025, em consonância com o disposto no art. 104, inciso III, do Regimento Interno desta Casa. Requerimento número 344/2025, de autoria do Vereador Pastor Diego (UNIÃO BRASIL). Moção número 101/2025, de autoria do Vereador Ricardo Vasconcelos (PSD). Indicações números 1876/2025 e 1877/2025, de autoria do Vereador Fábio Meireles (PDT); 1878/2025 e 1879/2025, de autoria do Vereador Iran Barbosa (PSOL); 1880/2025, de autoria do Vereador Fábio Meireles (PDT); 1882/2025, de autoria do Vereador Levi Oliveira (PP); 1883/2025, de autoria do Vereador Fábio Meireles (PDT); 1884/2025, de autoria do Vereador Bigode do Santa Maria (PSD); 1885/2025, de autoria do Vereador Fábio Meireles (PDT); 1886/2025, de autoria do Vereador Levi Oliveira (PP); 1887/2025, de autoria do Vereador Fábio Meireles (PDT); 1889/2025, de autoria do Vereador Iran Barbosa (PSOL); 1891/2025 e 1892/2025, de autoria do Vereador Sargento Byron Estrelas do Mar (MDB); 1893/2025, de autoria do Vereador Marcel Azevedo (PSB); 1894/2025, de autoria do Vereador Levi Oliveira (PP); e 1895/2025 a 1904/2025, de autoria da Vereadora Selma França (PSD). Pela Ordem, o Vereador Lúcio Flávio requereu que a sessão seja nomeada “Helena Vasconcelos”, em homenagem à filha do Vereador Ricardo Vasconcelos, recém nascida. Pela Ordem, a Vereadora Professora Sônia Meire (PSOL) requereu que a sessão seja nomeada em homenagem à professora “Jailda Alves Bezerra”. Ambos os pedidos foram deferidos. Na forma do art. 104, §1º, do Regimento desta Casa, o Projeto de Decreto Legislativo número 99/2025, de autoria da Mesa Diretora, submetido à aprovação, foi aprovado em votação única. ***Em Tribuna Livre***, o senhor Alysson Paulino, fisioterapeuta e dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Fisioterapeutas de Aracaju (Sintrafa), apresentou um pleito em nome de seis categorias profissionais da saúde pública municipal: farmacêuticos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, nutricionistas, psicólogos clínicos e terapeutas ocupacionais. Iniciou sua fala destacando que a luta por uma correção na tabela salarial é histórica e legítima, perdura há mais de 14 anos e, até o momento, não obteve uma solução efetiva por parte das gestões municipais, apesar das manifestações de sensibilidade ao tema. Para embasar o pedido, apresentou um estudo de impacto financeiro realizado pelo DIEESE, utilizando dados do Portal da Transparência até março de 2025. Alysson Paulino argumentou que o impacto orçamentário é "modesto e perfeitamente absorvível" pelas finanças do município. Afirmou ainda que o município possui saúde

financeira e margem fiscal para conceder o reajuste sem desrespeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Como ponto de comparação, o orador mostrou que o valor do impacto do pleito é significativamente baixo quando comparado aos gastos mensais com cargos em comissão, sugerindo que um ajuste mínimo nessas despesas seria suficiente para atender à demanda. Alertou que a atual distorção salarial, que posiciona esses profissionais com os piores salários de nível superior do município, está causando a perda de talentos para o SUS de Aracaju, precarizando o serviço ofertado à população. Ao final, Alysson Paulino fez um apelo direto aos vereadores para que, durante a tramitação das leis orçamentárias, não permitam que essa correção seja novamente adiada. Ressaltou que se trata de uma decisão política essencial para garantir a dignidade e a valorização desses profissionais e de suas famílias, destacando que a proposta de implementação escalonada já foi, inclusive, rejeitada pela gestão. Foi interpelado pelos Vereadores Professora Sônia Meire (PSOL), Iran Barbosa (PSOL), Alex Melo (PRD), Thannata da Equoterapia (MOBILIZA), Marcel Azevedo (PSB), Camilo Daniel (PT), Camilo Daniel (PT), Fábio Meireles (PDT), José Américo dos Santos (Bigode do Santa Maria, PSD), Lúcio Flávio (PL) e Pastor Diego (UNIÃO BRASIL). *Inscritos no Pequeno Expediente*, usaram da palavra os Vereadores: Professora Sônia Meire (PSOL) iniciou sua fala saudando as categorias de trabalhadores presentes na Câmara, que reivindicam melhores condições de trabalho e valorização profissional. Em seguida, parabenizou a nova diretoria do Sindicato dos Jornalistas de Sergipe (SINDJOR) pela posse e fez referência ao 24º aniversário do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. Noutro ponto, falou do desabastecimento de água em Aracaju e em outros municípios sergipanos, destacou que a situação é recorrente e que o problema atual é fruto do desmonte da Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO). Ela argumentou que a falta de investimentos na empresa, somada à política de terceirização e privatização, que culminou na concessão de parte dos serviços, são as causas do problema. Segundo a vereadora, os recursos obtidos com a concessão não foram aplicados na manutenção das adutoras e do sistema de captação, resultando em demissões e desinvestimento. Por fim, criticou o contrato de concessão, que, em sua visão, não prevê medidas para casos como o rompimento de adutoras, e afirmou que a água é um direito humano fundamental, que não pode ser tratada como mercadoria. Selma França (PSD) saudou os presentes e iniciou o discurso relatando sua participação na terceira edição da

"Cavalgada das Mulheres", realizada no bairro Santa Maria. O evento, organizado por mulheres, visa valorizar o protagonismo feminino, e a vereadora destacou a necessidade de expandir os espaços de participação das mulheres na sociedade. Em seguida, a parlamentar manifestou sua solidariedade às pessoas afetadas pela falta de água em suas residências, classificando o ocorrido como uma catástrofe resultante de falhas na gestão e nas ações humanas. Ela elogiou a força-tarefa coordenada pelo governador em exercício, Zezinho Sobral (PDT), e tranquilizou a população, esclarecendo que a cobrança da água se baseia no consumo registrado pelo hidrômetro e que se coloca à disposição para ajudar em casos de cobranças indevidas. Por fim, a vereadora convidou a população para a audiência pública que ocorre hoje (16), às 14h, destinada a debater a divisão territorial entre os municípios de Aracaju e São Cristóvão, enfatizando a importância da participação popular para um processo decisório mais democrático e representativo. O Vereador Sargento Byron Estrelas do Mar (MDB) comunicou sua participação, mais cedo, em um evento no Museu da Gente Sergipana, em comemoração aos 16 anos de atuação do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. Ele destacou que o dia seria marcado por palestras e homenagens a personalidades que contribuem para a causa. Em seguida, o vereador parabenizou o Vereador Lúcio Flávio (PL) pela proposição de uma audiência pública, a ser realizada na tarde de hoje, para debater a decisão judicial que estabelece novos limites territoriais entre os municípios de Aracaju e São Cristóvão. O parlamentar expressou grande preocupação com a situação, afirmando que a decisão afeta seis bairros da Zona de Expansão de Aracaju e gera insegurança jurídica, ameaçando a continuidade de investimentos e obras de infraestrutura, saúde e educação na região. Encerrou dirigindo um apelo à união de todos os vereadores, independentemente de filiações partidárias, para que mobilizem suas lideranças políticas em todas as esferas (municipal, estadual e federal). O objetivo, segundo ele, é buscar a reversão da medida judicial ou, alternativamente, garantir que a população dos bairros afetados seja ouvida e possa decidir sobre sua permanência em Aracaju. Ele reforçou a importância da presença de todos os parlamentares na audiência pública como um gesto de apoio aos moradores da Zona de Expansão. A Vereadora Thannata da Equoterapia (MOBILIZA) iniciou sua fala ressaltando a urgência na implementação de políticas públicas para pessoas com deficiência. Ela enfatizou que a demora no diagnóstico e no acesso a tratamentos de qualidade,

especialmente pelo SUS, é prejudicial, pois a intervenção precoce é fundamental para a qualidade de vida. A vereadora incentivou todos a serem agentes de inclusão e empatia, construindo um futuro inclusivo na prática cotidiana, e não apenas em datas comemorativas. Em seguida, anunciou a "Semana da Pessoa com Deficiência", que ocorrerá de 22 a 28 de setembro, ressaltando a importância de celebrar a data com ações concretas. Por fim, a vereadora comunicou a criação de um projeto pessoal chamado "Dojo da Inclusão", que oferecerá aulas de artes marciais para crianças e adolescentes neurodivergentes, com idade entre 8 a 17 anos. Ela explicou que o objetivo é transformar vidas através do esporte, trazendo disciplina e autoconhecimento, e compartilhou sua experiência pessoal com o judô. Ao encerrar, a vereadora agradeceu aos parceiros do projeto e afirmou que deseja fazer parte de uma "política do bem", que de fato transforma vidas. *Inscritos do Grande Expediente*, usaram da palavra os Vereadores: Joaquim da Janelinha (PDT), no início do discurso, buscou desmentir o que chamou de "fake news" que estariam circulando em grupos de mensagens sobre as obras no bairro Paraíso do Sul. Ele afirmou que, ao contrário do que é divulgado, as obras não foram paralisadas pela gestão da prefeita Emília Corrêa (PL), mas continuam em andamento. O parlamentar reconheceu que houve atraso no cronograma original, que previa a entrega para o final de agosto, e justificou o fato devido às intensas chuvas ocorridas no ano e à transição de gestão, que demandou uma reavaliação dos contratos. O parlamentar detalhou que o projeto foi dividido em três áreas e que os trabalhos mais demorados, de drenagem e esgotamento sanitário, estão sendo executados nas áreas 1 e 2, enquanto a pavimentação foi deixada para a etapa final. Ele informou que o investimento total é de cerca de trinta e um milhões de reais e que o novo prazo estipulado para a conclusão das obras é dezembro de dois mil e vinte e cinco. Foi aparteado pelo Vereador Maurício Maravilha (UNIÃO BRASIL). O Vereador Levi Oliveira (PP) abordou a situação de aproximadamente cem vigilantes da empresa SVN, que prestavam serviços às escolas da rede municipal. Segundo ele, a empresa não teve seu contrato renovado e a nova licitante não absorveu os funcionários, deixando-os desamparados. O vereador fez um apelo à prefeitura para que dialogue com a empresa e com os trabalhadores a fim de encontrar uma solução. Em outro tema, parabenizou a prefeitura pelo projeto "Descubra Aracaju", realizado aos domingos na Praça Tobias Barreto, e elogiou a iniciativa por fomentar o empreendedorismo, a cultura, a gastronomia e a geração de

emprego e renda. Ao final, sugeriu ao secretário de Turismo que o projeto seja expandido para outras praças da cidade. Dirigiram apertos os Vereadores Sargento Byron Estrelas do Mar (MDB), Lúcio Flávio (PL), Selma França (PSD) e Anderson de Tuca (UNIÃO BRASIL). O Vereador Lúcio Flávio (PL) começou seu discurso parabenizando o município de Riachuelo pela realização do evento "Riachuelo Fé" e agradeceu à prefeita Emília Corrêa (PL) por atender ao pedido de instalação de uma bandeira na Praça da Bandeira, bem como pela prorrogação do programa de regularização de dívidas municipais até trinta de novembro. Em seguida, criticou duramente a decisão do ministro do STF, Alexandre de Moraes, de intimar o ex-presidente Jair Bolsonaro a explicar um atraso de cinco minutos em seu trajeto do hospital até o carro, classificando o ato como "perseguição" e "vingança pessoal". Sobre a crise de abastecimento de água, elogiou a postura do governador em exercício, Zezinho Sobral, e da prefeita Emilia Corrêa por enfrentarem o problema, e pediu que seja investigada a causa da queda das estruturas da adutora, a fim de evitar novas ocorrências. Por fim, manifestou preocupação com o Projeto de Lei nº 84/2025, que institui o Dia Municipal de Luta contra o Genocídio da Mulher Negra, questionando o uso do termo "genocídio" e sugerindo uma emenda para a substituição da palavra. Foi aparteado pelos Vereadores Joaquim da Janelinha (PDT) e Anderson de Tuca (UNIÃO BRASIL). O Vereador Marcel Azevedo (PSB) falou sobre o novo modelo de atendimento na atenção primária, denominado "Saúde Avançada", que está sendo implementado pela Secretaria Municipal de Saúde. Ele explicou que o objetivo do programa é garantir que o paciente que procura uma Unidade Básica de Saúde (UBS) seja atendido no mesmo dia ou, no máximo, em até 72 horas. Segundo o vereador, essa medida busca combater uma das principais queixas da população, que eram as longas esperas por agendamento, as quais acabavam sobrecarregando as urgências dos hospitais com casos de baixa complexidade, como renovação de receitas ou dores de cabeça. O edil informou que o projeto está em fase de teste em algumas unidades e que os resultados iniciais indicam que entre 80% e 90% dos pacientes já conseguem atendimento no mesmo dia, o que representa um grande avanço para a reorganização do fluxo da saúde em Aracaju. Recebeu apertos dos Vereadores Pastor Diego (UNIÃO BRASIL), Fábio Meireles (PDT), Maurício Maravilha (UNIÃO BRASIL), Camilo Daniel (PT) e Thannata da Equoterapia (MOBILIZA). Decorrido o intervalo regimental, passou-se à **ORDEM DO DIA**: Feita a verificação de quórum, presentes à fase de

deliberação das matérias os Vereadores Alex Melo (PRD), José Américo dos Santos (Bigode do Santa Maria, PSD), Aldeilson Soares dos Santos (Binho, PODEMOS), Camilo Daniel (PT), Fábio Meireles (PDT), Iran Barbosa (PSOL), Joaquim da Janelinha (PDT), Levi Oliveira (PP), Lúcio Flávio (PL), Marcel Azevedo (PSB), Maurício Maravilha (UNIÃO BRASIL), Miltinho Dantas (PSD), Pastor Diego (UNIÃO BRASIL), Professora Sônia Meire (PSOL), Selma França (PSD), Sargento Byron Estrelas do Mar (MDB), Alexsandro da Conceição (Soneca, PSD) e Thannata da Equoterapia (MOBILIZA) (dezóito). Pauta de hoje, dezesseis de setembro de dois mil e vinte e cinco. Projeto de Lei número 85/2025, de autoria da Vereadora Thannata da Equoterapia (MOBILIZA), submetido à apreciação, foi aprovado em redação final. Projeto de Lei número 126/2025, de autoria do Vereador Fábio Meireles (PDT), submetido à apreciação, foi aprovado em redação final. Projeto de Lei número 207/2025, de autoria do Vereador Vinicius Porto (PDT), submetido à apreciação, foi aprovado em redação final. Projeto de Lei número 219/2025, de autoria do Vereador Levi Oliveira (PP), submetido à apreciação, foi aprovado em redação final. Projeto de Lei número 212/2024, de autoria do Vereador Elber Batalha (PSB), submetido à discussão, foi aprovado em segunda votação. Projeto de Lei número 214/2024, de autoria do Vereador Elber Batalha (PSB), submetido à discussão, foi aprovado em segunda votação, registrada a abstenção do Vereador Lúcio Flávio (PL). Pela Ordem, o Vereador Sargento Byron Estrelas do Mar (MDB) justificou a ausência do Vereador Breno Garibalde (REDE) e transmitiu o requerimento no qual este solicita que os projetos de sua autoria sejam retirados de pauta. Projeto de Lei número 81/2025, de autoria do Vereador Breno Garibalde (REDE), foi retirado de pauta a requerimento do autor, após deliberação em plenário. Projeto de Lei número 88/2025, de autoria do Vereador Alexsandro da Conceição (Soneca, PSD), submetido à discussão, foi aprovado em segunda votação. Projeto de Lei número 109/2025, de autoria do Vereador Fábio Meireles (PDT), submetido à discussão, foi aprovado em segunda votação. Projeto de Lei número 110/2025, de autoria do Vereador Miltinho Dantas (PSD), submetido à discussão, foi aprovado em segunda votação. Projeto de Resolução número 1/2025, de autoria da Vereadora Moana Valadares (PL), submetido à discussão, foi aprovado em primeira votação. Recurso número 1/2025, de autoria do Vereador Miltinho Dantas (PSD), foi retirado de pauta após deliberação em plenário. Recurso número 9/2025, de autoria da Vereadora Moana Valadares (PL), foi retirado de pauta após

deliberação em plenário. Recurso número 10/2025, de autoria do Vereador Breno Garibalde (REDE), foi retirado de pauta após deliberação em plenário. Requerimento número 332/2025, de autoria do Vereador Maurício Maravilha (UNIÃO BRASIL), submetido à discussão, foi aprovado em votação única. Ato contínuo, o Senhor Presidente em exercício, Vereador Pastor Diego (UNIÃO BRASIL), chamou a atenção dos parlamentares para as dificuldades enfrentadas em realizar as reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, em razão da falta de quórum, e alertou para possíveis atrasos na pauta da Comissão. Projeto de Lei número 84/2025, de autoria do Vereador Iran Barbosa (PSOL), foi discutido pelo autor e pelo Vereador Lúcio Flávio (PL), com aparte do autor. Em votação nominal, o Projeto foi aprovado, com treze votos SIM, dos Vereadores: Aldeilson Soares dos Santos (Binho, PODEMOS), Breno Garibalde (REDE), Camilo Daniel (PT), Fábio Meireles (PDT), Iran Barbosa (PSOL), Isac (UNIÃO BRASIL), Joaquim da Janelinha (PDT), Maurício Maravilha (UNIÃO BRASIL), Miltinho Dantas (PSD), Professora Sônia Meire (PSOL), Sargento Byron Estrelas do Mar (MDB), Alessandro da Conceição (Soneca, PSD) e Thannata da Equoterapia (MOBILIZA); um voto NÃO, do Vereador: Lúcio Flávio (PL) e uma abstenção, da Vereadora Selma França (PSD). Justificaram o voto os Vereadores: Breno Garibalde (REDE), Aldeilson Soares dos Santos (Binho, PODEMOS), Maurício Maravilha (UNIÃO BRASIL), Camilo Daniel (PT) e Professora Sônia Meire (PSOL). E, como nada mais havia a tratar, o Senhor Presidente convocou uma Sessão Ordinária em dezessete de setembro de dois mil e vinte e cinco, na hora Regimental, e deu por encerrada a sessão às doze horas e quatro minutos. Para constar, lavrou-se esta Ata, que, após aprovada, será assinada pela Mesa Diretora, o inteiro teor da reunião foi gravado, e as notas taquigráficas, após decodificadas, integram este documento.

Palácio Graccho Cardoso, dezesseis de setembro de dois mil e vinte e cinco.



PRESIDENTE



1º SECRETÁRIO



2º SECRETÁRIO